1) Até 6 personalidades de reconhecido mérito em matéria de política científica e tecnológica, nomeadas por despacho do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, por períodos de 2 anos, renováveis.

3 — O presidente do CNICT poderá convidar a fazerem-se representar nas reuniões do Conselho quaisquer entidades ou personalidades cuja participação seja considerada conveniente.

4 — Servirá de secretário do Conselho um funcionário do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, designado pelo Ministro.

Art. 5.º O CNICT será presidido pelo Ministro da Cultura e Coordenação Científica, o qual poderá ser coadjuvado por um vice-presidente.

Art. 6.º — 1 — O vice-presidente do CNICT será nomeado por períodos de 3 anos, renováveis, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Cultura e Coordenação Científica, e escolhido de entre personalidades de reconhecido prestígio e competência no domínio da política científica, sendo a respectiva remuneração fixada por despacho conjunto do Ministro de Estado das Finanças e do Plano e dos Ministros da Cultura e Coordenação Científica e da Reforma Administrativa, não podendo ser inferior à de director-geral.

2 — Se já pertencer aos quadros do funcionalismo público, o vice-presidente poderá ser nomeado em comissão de serviço, caso em que poderá optar pelas remunerações e demais abonos e subsídios a que tiver direito no lugar que estiver a desempenhar, incluindo a remuneração complementar prevista nos artigos 70.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, se for professor universitário.

Art. 7.º — 1 — O CNICT elaborará o seu próprio regimento.

2 — Serão previstas reuniões plenárias pelo menos 3 vezes por ano, podendo, porém, o Ministro da Cultura e Coordenação Científica convocá-las a todo o tempo.

3 — O referido órgão poderá funcionar por secções quando, nos termos do respectivo regimento, se considere ser esse o regime mais conveniente.

Art. 8.º — 1 — O CNICT será apoiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNIC), a qual assegurará, a título permanente, as actividades decorrentes do funcionamento do Conselho.

2 — Para prossecução das suas atribuições, o CNICT solicitará o apoio e a colaboração técnica dos organismos estatais de coordenação, financiamento e execução de investigação científica e tecnológica, designadamente a JNIC.

Art. 9.º — 1 — A JNIC dependerá directamente do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, a quem competirá, nomeadamente, definir as respectivas linhas de actuação.

2 — São extintos o conselho geral e a comissão executiva da Junta.

3 — O presidente da Junta submeterá anualmente ao Ministro da Cultura e Coordenação Científica, para aprovação, o relatório anual de actividades da Junta, o respectivo programa de actividades e o orçamento para o novo ano.

4 — O conselho administrativo da Junta passará a ser constituído pelo presidente, vice-presidente e secre-

tário da Junta e por um representante da contabilidade pública.

5 — Os presidentes das comissões interministeriais constituídas no âmbito da Junta submeterão ao presidente desta os assuntos respeitantes ao respectivo funcionamento.

6 — A Junta manterá todas as competências que não tiverem sido transferidas para outros órgãos e prestará todo o apoio logístico e executivo de que, no sector de ciência e tecnologia, careçam o CNICT ou o Ministério da Cultura e Coordenação Científica.

Art. 10.º Os encargos resultantes da execução deste diploma serão suportados no ano económico corrente pelo orçamento do Gabinete do Ministro da Cultura e Coordenação Científica.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão.*

Promulgado em 8 de Fevereiro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Quadro do pessoal referido no artigo 6.º

Número de lugares	Categoria	Letra de vencimento
1	Vice-presidente do Conselho Nacional para a Investigação Científica e Tecnológica.	-

MINISTÉRIO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Gabinete do Ministro

Despacho Normativo n.º 14/82

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo único do Decreto-Lei n.º 335/77, de 13 de Agosto, determina-se que a terça-feira de Carnaval, dia 23 de Fevereiro, seja considerada para os funcionários e agentes do Estado e demais entidades públicas como dia feriado.

Ministério da Reforma Administrativa, 9 de Fevereiro de 1982. — O Ministro da Reforma Administrativa, *José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.*

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 1/82/M

Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira (SRPCM)

Considerando que as catástrofes e calamidades públicas que ocorreram nos últimos anos provocaram perdas de vidas, de bens materiais e culturais, atingindo gravosamente as populações e causando elevados prejuízos e atrasos no seu desenvolvimento;